

## **A Reforma Política que não teremos**

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 31.08.2007

No dia 14 de agosto de 2007 foi aprovado, no plenário da Câmara dos Deputados, por 292 votos a 34 (e 03 abstenções), o projeto de Lei do deputado Luciano Castro (PR-RR) estabelecendo a fidelidade partidária (para virar lei, precisa ainda ser aprovado pelo Senado).

No texto aprovado, são punidos com a inelegibilidade por quatro anos os parlamentares que mudarem de partidos.

Entretanto, os 38 parlamentares que, até aquela data, haviam mudado, de partido foram anistiados; determinou-se, ainda, os detentores de mandato parlamentar podem mudar de legenda até um mês antes da eleição.

Assim sendo, na prática, o que muda? Nas palavras do Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, (TSE) Carlos Ayres Britto a aprovação do projeto dessa forma significou “um retrocesso cultural e um estímulo à transgressão da lei”.

A fidelidade partidária é a apenas um item do amplo leque de propostas de uma reforma política. O fundamental é que, mesmo com essa aprovação – se confirmada no Senado – nada se altera substancialmente.

E não é por falta de propostas. Elas existem, tanto por parte de entidades representativas da sociedade civil, como do próprio Congresso. A última foi apresentada no final de 2003, com o relatório da Comissão Especial de Reforma Política, presidida pelo deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ) e relatada por Ronaldo Caiado (DEM-GO).

O relatório propõe uma série de medidas que, se aprovadas, significará realmente uma mudança substancial, porque é mais ampla do que uma simples reforma no sistema eleitoral e partidário.

A comissão fez um trabalho elogiável. Além de 26 reuniões, realizou várias audiências públicas (sete) e apresentou um relatório com itens como

financiamento público de campanhas eleitorais, fidelidade partidária (diferente da que foi aprovada em plenário), cláusula de barreira, proibição de coligações em eleições proporcionais etc.

Desse conjunto de propostas, quase quatro anos depois de iniciados os trabalhos da comissão e depois também de muitas discussões, apenas a fidelidade partidária foi votada pela Câmara dos Deputados, faltando ainda a aprovação pelo Senado e com os limites já apontados.

O essencial é que, mesmo que existam propostas de uma ampla reforma política, tanto dentro como fora do Congresso Nacional, não teremos, me parece, qualquer reforma política digna desse nome. Apenas alguns itens pontuais, mas que não alteram substancialmente o que existe.

São várias as razões. Primeiro, o Executivo, que domina a agenda do Legislativo, não consegue articular uma proposta consistente e viável. Segundo, falta vontade política e interesse dos parlamentares em mudar.

Há resistências a mudanças na estrutura político-institucional que possam reduzir o peso do poder econômico nas campanhas eleitorais, por exemplo, e assim nada mais natural do que manter as coisas como estão, porque dela se beneficiam. Afinal, não parece ser uma ingenuidade supor que senadores e deputados, que são financiados em suas campanhas eleitorais por empreiteiras, bancos, grandes empresas privadas etc., votassem em financiamento público de campanhas?

Assim, caminhando a “passos de tartaruga” no Congresso, discute-se, de vez em quando (especialmente após algum escândalo), uma reforma política que não teremos. Ao menos, não tão cedo.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero\\_costa/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html)



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)